

Heidegger e a Questão da Liberdade Real

Para Heidegger, no questionamento da liberdade real, tudo são questões do pensamento: não só o substantivo da sustentação, a *liberdade*, como também o adjetivo da determinação, *real*, e a preposição da proveniência, *de*, um genitivo ao mesmo tempo objetivo e subjetivo. A liberdade é tão cheia de questões que não se sabe nem mesmo quem questiona quem na questão da liberdade real: se somos nós que questionamos realmente a liberdade ou é a liberdade real que nos põe em questão e questiona. Ou será que, em toda questão real, só é possível questionar por já se estar sendo e na medida que se está sendo questionado? Também o questionamento é trabalhado por questões. Para se questionar a questão da liberdade real é necessário já se estar no fluxo e refluxo da libertação. É indispensável tanto a dependência de uma relação como a prepotência do aprisionamento. E não somente a liberdade e o questionamento nos enchem de questões. A própria determinação e proveniência povoam o questionamento de questões. Pois será mesmo que a liberdade real pode ser determinada sem perder a propriedade de seu modo de ser e a especificidade de sua vigência? E pode-se questionar a liberdade real sem imposições nem depender de pressuposições reais? Há um elo de ligação entre liberdade e realidade? Uma pode prescindir da outra para vir a ser a diferença que ambas são?

Do conjunto destas questões todas, Heidegger se ocupa do processo de constituição da liberdade real. O que é a liberdade real? —É o empenho de realização das possibilidades de ser e de ter. Já numa preleção do verão de 1926 em Marburgo, Heidegger parte desta experiência radical de liberdade: *Freiheit aber ist nicht die 'Gleichgeltigkeit der Willkuer, sondern das*

1 Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

In-sich-hamdeln-lassen der eigentlichen Moeglichkeiten menschlichen Da-seins: “Liberdade, porém, não é a ‘indiferença’ da vontade mas consiste em assumir em suas realizações as possibilidades próprias ao modo de ser do homem” (GA, Bd. 22, Frankfurt a.M., Klostermann, 1993, p. 4). É um empenho velho sem tempo. O que possui de sempre novo é apenas o carisma histórico de se impor sempre de novo em todo esforço e exercício de ser o que se tem. É por isso que Heidegger não trata apenas da liberdade, como questão. Trata também e sobretudo do questionamento, como liberdade. Pois, questionando assim em mão dupla, prepara-nos para a libertação da liberdade, isto é, para um relacionamento criativo com as possibilidades humanas, tanto com as que somos e não temos, como também com as que temos e não somos. Livre é o relacionamento que nos abre e expõe o modo de ser e realizar-se à vigência e ao vigor da libertação. Se em nossos exercícios correspondermos à liberdade desta abertura, poderemos fazer, então, a experiência dos limites em que se dá e se retrai a história de nossa libertação.

A liberdade acontece sempre como conquista num processo de totalização. Toda realização do homem, tanto no singular como no plural, é assumida numa avalanche que procede por ocupação de lugares das possibilidades. A envergadura de seu horizonte está por toda parte, de vez que a liberdade está toda em cada realização, embora nunca seja um feito do espírito. Pois a liberdade está sempre se fazendo e nunca deixa de conquistar-se. O espírito é que resulta dos feitos da libertação. Ora, o primeiro destes feitos consiste em descolar o homem da cola dos fatos e dados, das situações e ocorrências. A libertação vem desvencilhá-lo dos vencilhos das coisas e deslindá-lo das tramas de suas realizações.

É este o primeiro feito da libertação. E a isto se reduz quase sempre a consciência da liberdade vigente desde a idade moderna. Neste sentido liberdade é sinônimo de in-dependência. Liberdade equivale a ter liberdade, a ser livre de. Já Aristóteles nos recordara no segundo capítulo do primeiro livro da *Metafísica* que todo processo de libertação começa mas não acaba com a independência. Discutindo a constituição da Filosofia, diz o Estagirita: “a filosofia se constitui como a libertação do homem, pois só chamamos livre a um homem que se realiza por si mesmo e para si mesmo e não por outro e para outro” (*Met.* I, 2, 982b, 26).

Neste nível de realização, predomina a negação: toda in-dependência nega a dependência. Daí se falar em concepção negativa da liberdade, pois aqui liberdade só tem o sentido negativo de desprendimento e o ser livre

do homem se reduz a não depender de. Assim, para se compreender integralmente a liberdade deve-se dizer de que independe o homem livre ou de que é independente o homem livre. Não é difícil perceber que a liberdade negativa torna-se, então, um paradoxo. Pois inclui em seu próprio exercício e conquista uma dependência, a saber, a dependência daquilo de que independe o homem livre. E de fato, ao longo da história, em todas as discussões e empenhos da liberdade pela liberdade, sempre se sente a necessidade, e com ela a dependência de se mostrar e conquistar, de que a liberdade não depende e é independente.

“Ser livre de” diz, em primeiro lugar, independência da natureza, em sentido moderno do termo. Os atos, as ações e atitudes do homem livre não têm suas decisões e iniciativas determinadas por processos naturais. O agir humano é livre justamente por não depender da necessidade de nenhuma lei nem da coação imposta pela regularidade do curso da natureza, incluindo aí não apenas a natureza externa como também a natureza interna. O homem é livre por independe, em suas decisões, de qualquer coação, seja de fora, seja de dentro. E ainda não basta. A liberdade negativa exige independência também de dois outros tipos diferentes de coação: da coação histórica e cultura e da coação absoluta. Para serem livres, as decisões e os comportamentos têm de ser independentes dos processos das forças culturais e históricas que acionam o destino e a sorte de indivíduos e comunidades. Pois a necessidade da história e da cultura não é menos liberticida para a liberdade negativa do que a regularidade dos fenômenos naturais. E por fim a independência da liberdade negativa se afirma também diante do poder último e derradeiro do universo, que inclui em si tanto o mundo material do positivamente dado como o mundo simbólico da origem e do fim de todas as coisas.

Nestes termos de nível e sentido, ser livre diz, num segundo momento, independência de qualquer coação simbolicamente absoluta, quer se entenda, como no teísmo das religiões monoteístas, a coação absoluta como divina, oriunda da previdência e providência de um Deus criador de tudo, quer só se admita, como no ateísmo de várias observâncias, uma coação inexorável da parte de processos materiais, onde se produz tudo, sejam os processos conscientes ou inconscientes, individuais ou coletivos, econômicos ou simbólicos. Em todo caso, a liberdade negativa exige também independência de qualquer coação absoluta. E esta exigência não compromete de certo nem as crenças religiosas nem as concepções de mundo ou as convicções ideológicas. Ao contrário, as torna até possíveis, dando-lhes

valor e valência humanos. Pois somente na suposição de uma independência frente ao absoluto é que se torna possível um relacionamento pessoal e próprio da parte do homem. Só, então, o homem poderá procurar, reconhecer, aderir e assim aceitar e escolher ou assumir qualquer ape-lo ou vocação que lhe chegue solicitando o empenho e sacrifício de sua personalidade. Tudo, portanto, que dá sentido e valência à condição humana seria em princípio impossível se o homem não conservasse a possibilidade de repúdio e recusa. Ora, toda possibilidade de rejeição e afastamento supõe a capacidade de estar e ser livre de, supõe certa independência. A realização completa da liberdade negativa requer, pois, a independência do homem de três formas de coação: de toda coação natural de toda coação histórica e cultural e de toda coação absoluta. A totalidade do real e o universo das realizações pertencem, portanto, ao questionamento da questão da liberdade real já em sua feição negativa de independência uma vez que toda independência inclui sempre, embora de modo negativo, tudo de que se é independente e livre. Na concepção negativa de liberdade não é, pois, um acaso que seu questionamento inclua a totalidade do real e o universo das realizações. A questão da liberdade não é assim um problema; uma questão particular e seu questionamento não podem ser desenvolvidos no âmbito do conhecimento positivo de acordo com os procedimentos, modelos e paradigmas da ciência.

Tão logo escutamos estas duas afirmações, logo concluímos, portanto, que a questão da liberdade real é uma questão geral e universal e uma questão irracional e misteriosa. Pois tudo que não é particular tem de ser geral ou universal e tudo que não for racional e controlável pelos processos do conhecimento só pode ser mesmo irracional e misterioso. Examinemos mais de perto esta conclusão e pensemos com mais vagar nas suposições de sua exclusividade.

A questão da liberdade real não nos tranca dentro de um setor particular ou área específica de fenômeno. Ao contrário, ao invés de trancar, destranca o questionamento, remetendo-nos dos fenômenos naturais com suas coações materiais e dos fenômenos históricos e culturais com suas coações simbólica e absoluta para o horizonte da totalidade do real e do universo das realizações. Mas com este destrancamento não passamos meramente de um plano particular e específico para um horizonte geral e abrangente. Pois o universo não é um universal em que os homens se subsumem e incluem como elementos. O universo não é o conjunto cujos elementos são todos os conjuntos possíveis. O homem não é um caso particular ou um exemplar de Deus, do modo

de produção ou dos processos inconscientes, tal como a rosa é um exemplar de flor ou o abacaxi de fruta.

O destrancamento nos leva para o horizonte da totalidade do real, em cujo seio todo homem se realiza e se realiza assumindo e desenvolvendo uma pluralidade de modos de ser e comportar-se consigo e com os outros. É neste sentido que a questão da liberdade real não pode ser uma questão particular específica, um problema genérico e universal. É uma questão transitiva. E o que é uma questão transitiva? —É uma questão que atravessa os limites e as diferenças de todos os níveis e regiões, de todas as classes e áreas. A questão transitiva põe tudo em questão. Não tem objeto nem região, não tem método nem modo de proceder. Ser questão transitiva é característica essencial de toda questão do pensamento. Por isso é que a filosofia, no nível da transitividade, não pode ser ciência. A ciência tem, por necessidade de sua própria essência, de seguir um método exato, de ater-se aos limites de determinada região de fenômenos, de empenhar-se pela produção de um objeto precisamente definido e nas suas pesquisas operativamente no singular, o universal, no particular, o geral, no individual, o comum. Ora, com a questão da liberdade não abandonamos tudo o que é setorial, regional e definido por áreas e dimensões. E não abandonamos por um motivo bastante simples. É que só podemos abandonar um espaço ou lugar que de alguma maneira já ocupamos.

Por mais difícil que seja questionar a questão da liberdade, o movimento de sua execução já nos coloca fora do espaço da ciência e do conhecimento. É o que nos mostra o primeiro esclarecimento, embora ainda primário, da liberdade negativa ou da concepção negativa da liberdade —como o primeiro feito da libertação, o primeiro exercício em que a liberdade se realiza: a independência.

Contra este primeiro contacto com a dinâmica transitiva da liberdade real, revoltam-se nossos hábitos inveterados de raciocinar. Acharmos que a liberdade pode não ser uma questão de ciência particular ou problema do conhecimento científico em geral mas nem por isso deixa de ser uma questão especial e específica dentro da filosofia. É que a filosofia, quer seja ciência ou não, não tem apenas a questão da liberdade, como seu único problema para tratar. Além da questão da liberdade, a filosofia trata da verdade, do mundo, da história e de muitas outras questões. E diante de todas estas questões de ser e essência, a questão da liberdade é, sem dúvida alguma ou contestação possível, uma questão específica e particular. Pois todas elas não têm nem a envergadura, nem a densidade nem a tran-

sitividade da primeira de todas as questões, a questão da realidade, a realidade que possibilita a realização de qualquer real, a que, seguindo Aristóteles, Heidegger chamou de a questão do ser, seja da natureza, da história, do homem, de Deus, da verdade, da liberdade, de qualquer realização que de algum modo esteja sendo e exercendo-se.

Sem dúvida, a questão da essência da verdade não é igual à questão da essência da liberdade. Mas desigualdade não supõe sempre diferença, mas identidade de essência. Para poderem ser iguais ou desiguais, duas realizações têm de possuir identidade de essência. Assim, tanto a questão da verdade como a questão da liberdade, questionam ambas a totalidade do real e o universo das realizações e por isso seu questionamento inclui um elo constitutivo com a questão da realidade, como tal, do ser, como tal. O destrancamento e a abertura do horizonte da realidade é, sem dúvida, a essência do questionamento filosófico. Mas esta remissão à totalidade, que faz a libertação da liberdade não é restrita e incompleta? Pois a libertação instala independência. E como não dependência, a independência só remete negativamente para o universo, como totalidade. A totalidade só é considerada como referente da independência, como instância de que a liberdade não pode depender. Não constitui o centro, mas a fronteira do questionamento da liberdade. E neste sentido a libertação, apesar de todo destrancamento, inclui também um trancamento, ao tratar da libertação negativamente. Assim a totalidade não é tema, mas limite do questionamento. E com esta restrição a questão da liberdade ocupa uma parte e assim se faz uma questão particular dentro da filosofia. Por mais importante e decisiva que seja, a liberdade e seu questionamento não exaurem nem esgotam as questões da filosofia.

O desenvolvimento concreto da questão da liberdade, como libertação, inclui um destrancamento do horizonte problemático. É um destrancamento que abre a questão para a totalidade do real, excluindo qualquer forma de coação, seja externa, interna ou absoluta. A libertação exige que, ao existir, o homem assuma uma atitude e comprometa sua realização não apenas com todas as realizações mas também com o inesgotável da realidade. Neste sentido, a libertação não é uma questão nem particular nem geral, nem empírica nem transcendental, nem singular nem universal. A libertação se impõe como o exercício de um movimento transitivo; é uma transiência e conquista do tempo oportuno das diferenciações. Em consequência, a liberdade não pode ser um problema de conhecimento, uma questão científica. Impõe, ao contrário, um outro modo radicalmente di-

verso de exercício e cumprimento. Muito mais do que uma doutrina, um conhecimento, uma teoria ou ideologia, a libertação é um processo de constituição, uma atividade originária que põe em obra e opera a realidade nos diversos níveis de realização. É que a ciência, toda teoria e qualquer conhecimento, se constroem e edificam, por sua própria natureza, dentro dos limites de um setor de fenômenos e trancado e comprometido com a produção de uma região precisa e determinada de objetos. Ora, com o elã da libertação abandona-se e se tem de abandonar tudo o que for setorial. E é tão radical este abandono que se dá sem nem deixar cumprir sua possibilidade. O questionamento da liberdade não pode abandonar as regiões e os setores pelo simples fato de não estar colado a nenhum setor, por não se haver prendido a nenhum espaço. É este modo próprio do questionamento da liberdade que impede a libertação de ser um problema científico e a torna uma questão eminentemente filosófica. Pois, não apenas de fato como sobretudo pelo vigor de sua própria essência, nenhuma ciência pode ter por horizonte de suas pesquisas a envergadura da realidade como a totalidade do real. Embora conquistada, sempre passo a passo, num corpo a corpo contínuo com as coações, é esta a extensão que impõe e requer a libertação da liberdade. Por mais acanhado ou desamparado que seja o questionamento da liberdade, como libertação, com ele e nele nós nos descobrimos de repente numa outra paisagem, pisando num outro país.

O questionamento da questão da liberdade real nos joga, portanto dentro de uma avalanche de libertação e exige de nós que conquistemos e realizemos a liberdade. Todos nós conhecemos a questão da liberdade na forma de um problema, o problema do livre arbítrio. Neste problema se discute se a vontade humana é ou não livre e como se poderá provar de maneira convincente essa propriedade da vontade. No nível deste problema, o que é liberdade, o que é propriedade, o que é o homem e sua vontade, o que é arbítrio, não entram no questionamento da questão. Já se pretende saber. O que não se pretende saber e se investiga é apenas se a vontade dispõe ou não desta propriedade de ser livre. Pois bem. Com este problema do livre arbítrio não tem muito a ver a questão da liberdade real. A liberdade não é uma propriedade do homem. Muito pelo contrário. O homem é que vem a si mesmo e se constitui como homem enquanto e na medida que é apropriado pela liberdade. A liberdade é uma dinâmica abrangente, em cuja vigência o homem se faz homem. A hominização do homem se funda e se exerce na significância da liberdade. Ademais, a li-

berdade não é uma coisa, nem uma qualidade, nem uma propriedade que o homem possa ter ou deixar de ter. A liberdade não é como o nariz, muito embora e precisamente por isso, no odor da libertação o homem possa cheirar a liberdade. A liberdade só se dá como conquista, a liberdade só existe, como empenho de libertação, a liberdade só se presenteia no pulo e como pulo do nada. Somente na medida que nos lançarmos neste pulo é que existiremos como homens.

Todas as vezes em que se investiga a existência do homem, transcende-se o próprio homem e se atinge o que é mais originário e vital do que ele mesmo, a saber: o processo de sua libertação. As investigações do pensamento, as peripécias da vida, as vicissitudes da convivência, desde seu ponto de partida e de acordo com seu princípio, já se acham, pois, além ou aquém do homem, já se lançaram antes da vontade e de seu livre arbítrio, já ultrapassaram todo querer das biografias e se jogaram desde sempre no momento da libertação.

Não há, portanto, necessidade alguma de se justificar a liberdade. A própria libertação constitui a justificação da liberdade. Nesta se coloca a questão e em questão a base de sustentação e os recursos de construção de todos os propósitos e justificativas do homem. Quem tiver compreendido esta questão, saberá, com um saber de experiência, que não tem muito sentido perguntar por que e para que a liberdade. Pois a liberdade é como a rosa, sem porquê, floresce ao florescer. A liberdade se justifica a partir de si mesma e não de outra coisa. A liberdade é como a criação, só revela sua verdade em si mesma. Nunca se poderá provar que a liberdade é necessária ou por que é necessária. A simples tentativa já é um esforço de pular a própria sombra.

Nos vórtices do questionamento da liberdade real ecoam com a autoridade da primeira vez as palavras de Hölderlin que Heidegger gosta de referir a todo questionamento radical:

Um mistério o que jorra de pura criação. Nem mesmo a poesia o pode desvendar. Pois como principiaste, hás-de permanecer. Por mais que possam a indigência e a disciplina, o mais vigoroso é o nascimento e o raio de luz que cinge a fronte de quem nasce de novo!